



Ampliando Frestas e Possibilidades na Formação Continuada em Psicologia

Camila Silva¹

Diana Ribeiro²

Domitila Gonzaga³

Resumo: Reconhecer os efeitos da construção da prática hegemônica, em Psicologia, é remeter ao histórico da ciência cartesiana e como ele se apresenta em território brasileiro na formação em

¹ Camilla de Melo Silva é mestra em Psicologia da Saúde pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da Saúde, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - com período de mobilidade acadêmica na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Portugal). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atua enquanto psicóloga clínico-social com atenção voltada a pessoas adolescentes e adultas - assumindo uma perspectiva crítica, decolonial, racializada e interseccional. Co-cria a Coletiva Olhares, grupo de ampla atuação na área da Psicologia, incluindo cursos, formação continuada, produção de podcast e criação de conteúdos para redes sociais. E-mail: camillamelopsi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8749-3295>.

² Diana Montenegro Ribeiro é doutora em Psicologia pela Universidade do Porto - Portugal com dupla titulação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É mestra em Psicologia pela UFC e especialista em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Tem formação clínica em Abordagem Centrada na Pessoa e atualmente dedica-se à área clínica, com atendimentos individuais e grupais de pessoas adultas e supervisão individual. Co-cria a Coletiva Olhares, grupo de ampla atuação na área da Psicologia, incluindo cursos, formação continuada, produção de podcast e criação de conteúdos para redes sociais. Além disso, pesquisa questões de gênero, cultura e sociedade a partir de uma perspectiva crítica, tendo a lente do feminismo interseccional como ferramenta analítica. E-mail: psicologadianamontenegro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7171-3735>.

³ Domitila Shizue Kawakami Gonzaga é doutora em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, com dupla titulação pela Universidade do Porto, Portugal. É Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tem formação em Terapia e Intervenção familiar e de casal pela UNIFESP. Estuda questões de gênero, sexualidades, adolescências, à luz da epistemologia construcionista social. Atua como Psicóloga clínica em contexto clínico particular e oferece supervisão de atendimento em diferentes contextos. Co-cria a Coletiva Olhares, grupo de ampla atuação na área da Psicologia, incluindo cursos, formação continuada, produção de podcast e criação de conteúdos para redes sociais. E-mail: domitila.psicologa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6465-1011>.

Psicologia. Destacamos formações profissionais deficitárias, pouco críticas e colonizadoras. Perguntamo-nos: o que nós, psicólogas formadas e atuantes na área clínica, podemos fazer com nossas formações contínuas? O objetivo deste artigo é apresentar o trabalho grupal e autoral construído através de lentes decoloniais e interseccionais que vem sendo desenvolvido com psicoterapeutas tendo a política e o afeto como sensibilizadores principais para a construção da prática profissional. Assumimos a interseccionalidade enquanto conceito-ferramenta analítica e política que enfatiza a coalizão de estruturas opressivas operacionalizadas pelos marcadores de raça, gênero e classe. Também reconhecemos o histórico da captura do debate acerca das emoções, sua desvalorização frente à supremacia da razão, como um aspecto central que pudesse sustentar os pilares da sociedade capitalista, a saber colonização e patriarcado. O projeto "Intervisões Clínicas - Afeto & Política" é uma iniciativa autoral da Coletiva Olhares, que tem como interesse, a partir de encontros grupais com psicoterapeutas, refletir sobre a prática a partir de olhares interseccionais e decoloniais. Os encontros online e síncronos são divididos em três momentos: Aquecimento artístico, Afetação da Referência e Experiência de Partida. São encontros nos quais as participantes refletem sobre seus próprios lugares no mundo, sua escuta e suas intervenções de forma horizontalizada e crítica.

Palavras-chave: Psicologia; Afeto e política; Interseccionalidade; Processos Grupais; Intervisão Clínica.

Abstract: Recognizing the effects of the construction of hegemonic practice in Psychology is to refer to the history of diffusion of cartesian science and how it presents itself in Brazilian territory in Psychology formation. We highlight deficient, uncritical, and colonizing professional formation. We ask ourselves: what can we, psychologists working in the clinical field, do with our ongoing formation? The objective of this article is to present the group and authorial work constructed through decolonial and intersectional lenses that has been developed with psychotherapists with politics and affect as main sensitizers for the construction of professional practice. We assume intersectionality as an analytical and political concept-tool that emphasizes the coalition of oppressive structures operationalized by markers of race, gender, and class. We also recognize the history of capturing the debate about emotions, their devaluation face of the supremacy of reason, as a central aspect that could support the pillars of capitalist society, namely colonization and patriarchy. The "Intervisões Clínicas - Afeto & Política" project is an authorial initiative by Coletiva Olhares, whose interest, based on group meetings with psychotherapists, is to reflect on practice from intersectional and decolonial perspectives. The online and synchronous meetings are divided into three moments: Artistic warm-up, Reference Affectation and Departure Experience. These are meetings in which participants reflect on their own places in the world, their listening, and their interventions in a horizontal and critical way.

Keywords: Psychology; Affect and politics; Intersectionality; Group Processes; Clinical Intervention.

Resumen: Reconocer los efectos de la práctica hegemónica en Psicología es hacer referencia a historia de la difusión de la ciencia cartesiana, cómo se presenta en territorio brasileño en la formación profesional. Destacamos como deficiente, acrítica y colonizadora. Nos preguntamos: ¿qué podemos hacer nosotros, psicólogos capacitados que trabajamos en el campo clínico, con nuestra formación continua? El objetivo de este artículo es presentar el trabajo grupal, construido a través de lentes descoloniales y interseccionales que se ha desarrollado con psicoterapeutas con política y afecto como principales sensibilizadores para la construcción de la práctica profesional. Asumimos la interseccionalidad como herramienta conceptual analítica y política que enfatiza la coalición de estructuras opresivas operacionalizadas por marcadores de raza, género, clase. También reconocemos la captura del las emociones, su devaluación frente a la supremacía de la razón, como un aspecto central que sustenta pilares de la sociedad capitalista: la colonización y el patriarcado. El

proyecto *Intervisões Clínicas - Afeto & Política* es una iniciativa de autoría de la Coletiva Olhares, cuyo interés, a partir de encuentros grupales con psicoterapeutas, es reflexionar sobre la práctica desde perspectivas interseccionales y descoloniales. Los encuentros online y sincrónicos se dividen en tres momentos: Calentamiento artístico, Afectación del Referencial y Experiencia de Salida. Se trata de encuentros en los que los participantes reflexionan sobre sus propios lugares en el mundo, su escucha y sus intervenciones de forma horizontal y crítica.

Palabras-clave: Psicología; Afecto y política; Interseccionalidad; Procesos Grupales; Intervención Clínica.

Introdução

Durante décadas um imaginário acerca da psicologia como uma ciência que precisa ser neutra foi sustentado. Ou seja, a psicologia foi entendida enquanto profissão que precisa ser exercida a partir de técnicas que deixam de lado as percepções de mundo e os afetos das pessoas que as aplicam. Portanto, técnicas e posturas massificadas e replicadas, independente do contexto e dos marcadores sociais das pessoas que buscam os serviços propostos por esta profissão.

Este modelo foi difundido com veemência nas décadas de 1930 e 1970 pela vertente positivista e individualista da ciência, de origem estadunidense, bastante observada no modelo cognitivo-experimental, e que foi disseminada por grande parte do Ocidente, incluindo o Brasil (Silva, 2019). É um modelo performado, por exemplo, pela tal “cara de paisagem”, estereótipo que aponta, dentre outras características, para a suposta necessidade da(o) profissional da área não demonstrar suas emoções ou opiniões enquanto estiver em atuação. A este respeito, em pesquisa realizada na década de 1970, que visava explorar como pessoas brasileiras de outras profissões enxergavam a(o) profissional da psicologia, se destacaram os adjetivos: observador, equilibrado, atencioso, científico e autocontrolado (Almeida, 1978).

Contudo, se a psicologia foi regulamentada como profissão no nosso país em 1962 - próximo ao momento em que se inicia uma crise ao modelo importado - cresce em solo brasileiro um entendimento de que apenas o modelo de consultório privado não dá conta da nossa realidade e, assim, vão se construindo outras possibilidades, como é o caso das primeiras práticas em Psicologia Comunitária, que surgiram com o objetivo de proporcionar à classe menos favorecida economicamente acesso aos serviços de psicologia (Freitas, 2014).

Não só aqui no Brasil, mas também ao redor do mundo, vão surgindo práticas contra-hegemônicas que apostam em outras formas de atuação, buscando “deselitizar” a psicologia, deslocando-a dos consultórios e/ou tornando-os mais próximos das realidades e

dos contextos onde se inserem. De acordo com Moraes (2010, p 73): “a contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável”. Neste sentido, acreditamos que, ao pensar em práticas não-hegemônicas na nossa profissão, urge construir formações que consigam se distanciar do viés mercadológico de muitas instituições formadoras no campo da psicologia, que buscam “fornecer interpretações e descrições dos fenômenos humanos desimplicadas com os interesses da população” (Amendola, 2014, p. 975).

Diante da figuração hegemônica que pouco se sustenta se pensarmos o sentido plural da psicologia, encontramos psicologias que têm se localizado histórica e socialmente, indo além do confronto entre abordagens psicológicas e assumindo as complexidades e interseccionalidades que dizem da existência humana. Essas “outras psicologias” foram entendendo a necessidade de abandonar algumas terminologias, sentidos e concepções práticas e teóricas que ainda são amplamente compartilhados nos espaços de formação desta profissão. Porém, ainda são poucas diante da necessidade e das características sociodemográficas do nosso país e para se difundirem com mais força precisariam ser abraçadas pelos currículos oficiais.

Acerca das formações em psicologia, é válido apontar duas ferramentas jurídicas que incidiram na forma como as grades curriculares colaboraram para a estruturação da profissão no nosso país: a primeira delas foi a Lei da Reforma Universitária de 1968, aplicada em meio ao golpe que ascendeu a ditadura militar, construindo critérios que transformaram o campo acadêmico em um espaço visado para o alcance de lucro econômico. Apesar da repressão, vale pontuar que houve luta e subversão ao militarismo por parte de algumas universidades do país, que tentaram modificar as exigências de currículos tão engessados e pouco inclusivos. Ainda assim, neste período, o Currículo Mínimo (núcleo que apontava as disciplinas necessárias para a formação nas variadas carreiras profissionais) fez com que o ensino da Psicologia e dos demais cursos vigentes no país se transformassem em “treinamento de um conjunto de técnicas desvinculadas da realidade social” (Amendola, 2014, p.975).

Uma outra ferramenta jurídica que influenciou as grades curriculares e a forma como a Psicologia é vista e exercida hoje no Brasil foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Esta Lei, aprovada em 1996, veio substituir os Currículos Mínimos por

Diretrizes Curriculares, realizando uma reformulação intensa nos cursos, com o objetivo de tornar o ensino mais abrangente e receptivo aos diversos campos de atuação profissional em cada área. Apesar da inovação educacional ao modelo vigente até então, a proposta da LDB possui uma aproximação da agenda neoliberal, tornando o ensino superior um espaço voltado para a demanda de mercado, inclusive flexibilizando bastante o processo de criação de novos programas acadêmicos, especialmente pela rede privada (Yamamoto, 2000).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou, no ano de 2022, o CensoPsi, o documento intitulado: “Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro” é considerado o maior compilado de informações sobre a formação e a atuação na profissão da Psicologia realizado até então. Essa pesquisa, que contou com 20.207 participantes das cinco regiões geográficas do país, apontou dados importantes que corroboram o entendimento que diz da aproximação das instituições formadoras da agenda neoliberal.

Elencamos aqui alguns deles (Conselho Federal de Psicologia, 2022):

- 72% das psicólogas e psicólogos em atuação se graduaram em instituições privadas de ensino e 27% em instituições públicas;
- 47,6% dos cursos existentes no Brasil surgiram na última década;
- 90% dos cursos são de instituições privadas;
- A qualidade dos cursos, utilizando a avaliação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação que realiza pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro): 20% não possuem avaliação; 7,6% contam com conceito 5; 51,1% possuem conceito 4; 20,6% receberam conceito 3 e 1% conceito 2.

Entendemos que a ampliação proposta pelas Diretrizes Curriculares não necessariamente implica na construção de cursos com grades curriculares e equipe docente comprometidas com a formação de pessoas atentas às fragilidades impostas aos diversos contextos sociais e que desejam construir suas carreiras comprometidas eticamente com a justiça social. Ao contrário, observamos um progressivo movimento de criação de espaços educacionais mobilizados em formar pessoas empreendedoras. O resultado disso, no caso da Psicologia, pode ser observado em profissionais menos interessados em políticas públicas, imbuídos na racionalidade neoliberal; reduzindo os espaços de questionamentos;

produzindo práticas que visam moldar as pessoas em seres cada vez mais produtivos; construindo subjetividades sem legados simbólicos, com entendimentos generalistas e descontextualizados de suas emoções (Alemán, 2016).

É importante destacar que a agenda neoliberal se encontra com o projeto moderno-colonial de legitimação e estruturação dos saberes, onde o conhecimento considerado oficial é todo construído e operado por uma lógica cisheteropatriarcal. Na área da Psicologia isso intensifica o risco de que sejam reforçadas relações de dominação através da oferta de espaços de atuação pouco cuidadosos com as diversidades, insistentes na descorporificação das pessoas e desinteressados na interseccionalidade.

Outros dados do CensoPsi 2022 são caros para esse entendimento (Conselho Federal de Psicologia, 2022):

- Sobre a raça: a Psicologia é uma profissão majoritariamente feita por pessoas brancas (63%). Já 26% se auto descrevem como parda, 8% como preta, 1% como amarela, 0,3% como indígena;
- Sobre o gênero: 79% de profissionais se identificam com o gênero feminino, 20% com o gênero masculino. Desses, 99,7% se identificam como pessoas cis e 0,3% como pessoas trans. Já 0,7% das pessoas se identificam como não-binárias;
- Em relação à orientação sexual: 83,8% se definem como heterossexual, 8% como homossexual, 7,1% como bissexual e 1% como pansexual ou assexual;
- Apenas 5% das pessoas que responderam à pesquisa identificaram-se como pessoas com deficiência;
- 73% das(os) profissionais ativas(os) profissionalmente atuam na área clínica.

Esse panorama geral, que nos permite formar uma nítida fotografia de quem exerce essa profissão no nosso país hoje, não nos deixa dúvidas sobre a urgência em decolonizar a formação em Psicologia ofertada pelas instituições de ensino. Neste sentido, sabendo da nossa responsabilidade não só em estarmos atentas e em luta frente às políticas educacionais nacionais, o que nós, psicólogas formadas e atuantes na área clínica, podemos fazer com as nossas formações contínuas? Inquietas com o questionamento sobre a quem serve a escuta e o acolhimento que ofertamos, o presente artigo tem como objetivo apresentar o trabalho grupal e autoral construído através de lentes interseccionais que vem

sendo desenvolvido com psicoterapeutas tendo a política e o afeto como sensibilizadores principais para a construção da prática profissional.

Partindo do interesse de subversão epistemológica e metodológica de uma Psicologia singular e hegemônica, tal grupo, nomeado de *Intervisões Clínicas: Afeto e Política*, é uma proposta de trabalho construída pela Coletiva Olhares e diz de processos grupais que vêm acontecendo desde 2022, de forma *online*, reunindo terapeutas de diferentes contextos para refletir, dialogar e problematizar temas e práticas que atravessam a atuação na clínica.

A Coletiva Olhares é um projeto de co-autoria de nós três, construtoras deste artigo. Somos mulheres psicólogas e nos localizamos em diferentes estados brasileiros, a saber: Pernambuco, Ceará e São Paulo, com percursos acadêmicos em universidades distintas. Embora tenhamos formações na área clínica, possuímos interesses por abordagens dessemelhantes. Além disso, carregamos pluralidade em marcadores de orientação sexual e de raça. Temos entendimentos comuns políticos, pela ética do cuidado e do afeto para reflexão e prática psicológica, seja em instituição, pesquisa e/ou clínica.

Adiante apresentaremos a centralidade do conceito de interseccionalidade para a construção de práticas formadoras de uma Psicologia que se pretende decolonial, os sentidos atribuídos aos sensibilizadores afeto e política e suas importâncias para este projeto. Além disso, apresentaremos em detalhamento a metodologia e o que vem sendo construído junto ao *Intervisões Clínicas: Afeto e Política*.

Decolonialidade, Interseccionalidade e Psicologia

No texto intitulado *Descolonização do pensamento psicológico*, Geni Núñez, indígena guarani, ativista, psicóloga e pesquisadora, chama a atenção para o fato de que embora seja relativamente recente o debate sobre a descolonização do pensamento e das práticas no campo das psicologias, a pauta vem sendo trazida há muito tempo por povos originários, assim como por ativistas e intelectuais não brancas (Núñez, 2019). Geni nos provoca a questionar o que justificaria a desconsideração, por parte dos espaços hegemônicos do saber, desse acúmulo político de discussões.

A autora apresenta alguns termos que são entendidos como ferramentas de facilitação do exercício de nossa profissão, a saber: colonização, colonialidade,

descolonização, pós-colonial, decolonial (Núñez, 2019). Cientes da complexidade de tais termos, neste trabalho não pretendemos fazer um aprofundamento teórico-conceitual de todos eles, mas tecer a necessária relação político-conceitual da decolonialidade e da interseccionalidade, delineando como esta composição tem fortalecido as nossas práticas, assim como orientado a construção do que temos proposto enquanto espaço de formação contínua no campo psi.

O entendimento de que a colonização não ficou em um passado distante e que é atualizada a partir da colonialidade e todo o seu aparato extrativista nos ajuda a trazer à baila o silenciamento das violências por ela engendradas. A colonialidade determina – os termos que vão compor as narrativas da história e, conforme é exposto por Núñez (2019), perpetua o apagamento que faz composição com o etnocídio dos povos indígenas e a mortificação de pessoas negras, tirando-lhes o direito de acesso à própria história.

A psicologia, ao não reconhecer e se implicar na reparação dessas violências, tem historicamente individualizado o sofrimento vivenciado pelas existências precarizadas. Por isso,

Pensar a colonialidade implica reconhecer que a colonização não incidiu apenas sobre o território geográfico, mas também sobre o nosso território-corpo, em nossa forma de nos concebermos como sujeitos no mundo, em como nos relacionamos conosco mesmos, com outros humanos e com todas as demais formas de existência (Núñez, 2019, p. 8).

Ailton Krenak (2019) expressa que a colonização e a colonialidade se sustentam na premissa de que “existe um jeito certo de estar aqui na Terra” (p. 11) – o que denota ao entendimento de que tudo o que foge desse suposto “jeito certo” deve ser extirpado, excluído, dizimado. Pensar a desnaturalização do tal “jeito” implica compreender que toda forma de “controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade” (Lugones, 2020, p. 57).

Assim, ainda em conformidade com o que é proposto por Lugones (2020), a colonialidade e suas distintas faces se expressa na exploração do trabalho, em hierarquias sócio raciais, nas subjetividades diminuídas por meio do racismo, do não moderno, nas epistemes que, como já exposto, traduzem o mundo de acordo com parâmetros eurocêntricos e na subordinação das mulheres de cor.

Diante disso, torna-se imprescindível que pensemos as práticas clínicas em sua complexidade – indo além dos engessamentos, da escuta individualizante e, não raras vezes, psicopatologizante. Por isso, assumimos a interseccionalidade enquanto conceito-ferramenta analítica e política que enfatiza a coalizão de estruturas opressivas operacionalizadas pelos marcadores de raça, gênero e classe (Akotirene, 2019). Ou seja, entendendo que as afetações humanas são tecidas no social, faz-se necessário a radical compreensão de que os sistemas de subordinação se entrecruzam e produzem desigualdades que se inscrevem nos corpos e nas diversas existências.

O termo interseccionalidade foi nomeado na academia por Kimberlé Crenshaw (1989). Tal anúncio foi feito em 1976 durante uma denúncia de discriminação feita por mulheres negras contra a montadora General Motors. A denúncia apresentava todo o histórico da empresa em seus processos de contratação. A discriminação por raça e gênero era presentificada ao serem contratados somente homens negros e mulheres brancas para desempenhar distintas funções, excluindo escancaradamente mulheres negras das contratações (Akotirene, 2019). Diante da defesa da empresa – que afirmava não discriminar racialmente tendo em vista a admissão de homens negros e, em pensando o gênero, por contratar mulheres – Crenshaw atenta para a ausência de uma lente interseccional que viesse a contemplar as mulheres negras.

A interseccionalidade é resgatada de maneira crítica por Carla Akotirene e, mais do que isso, apresentada com a possibilidade de decolonização da ferramenta analítica – a partir do deslocamento da apropriação de cunho liberal e do esvaziamento do conceito que tem sido promovido pelo feminismo branco, acadêmico, eurocentrado e hegemônico (Akotirene, 2019).

A autora valida o uso crítico e político da interseccionalidade enquanto metodologia, ferramenta analítica ou perspectiva para pensarmos a concretude e a realidade brasileira. Para tal, é feito todo um resgate de pensadoras afro-diaspóricas, africanas e terceiro-mundistas que já vinham fazendo uma articulação de raça, gênero, classe, territórios e outros cruzamentos de opressões antes mesmo do conceito de interseccionalidade receber os holofotes da/na academia.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado -

produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (Akotirene, 2019, p. 19).

Neste sentido, em relação aos contextos de formação das psicologias clínicas, temos refletido sobre quais conceitos-ferramentas têm sido propostos para que agucemos todos os nossos sentidos para o (e no) encontro com as subjetividades indígenas, ribeirinhas, imigrantes, pretas, trans, gordas, com deficiências, periféricas. O que nos contam as vidas atravessadas pelas estruturas que são reflexo da colonialidade? O que nos dizem as vozes historicamente silenciadas e as existências continuamente excluídas, minorizadas e vulnerabilizadas? São questões que emergem não em busca de respostas técnico-científicas - já amplamente difundidas e cristalizadas - que nos coloquem em um fluxo de esvaziamento das pautas, mas enquanto mobilizadoras de práticas formativas e formadoras que se proponham emancipatórias e busquem a pluralização crítica dos modos de pensar as psicologias.

Afeto e Política enquanto sensibilizadores de nossa prática

O debate a respeito das emoções na formação profissional em Psicologia se destaca por, ao mesmo tempo, ter sua importância e interesse evidentes para essa ciência e profissão, e apresentar-se como um campo de tensionamentos relacionados aos valores atribuídos às emoções em nossa sociedade. Tal tensionamento diz respeito às disputas que envolvem o interesse por parte de disciplinas clássicas como Filosofia, Antropologia, Sociologia em reconhecer a participação das emoções em nossas vidas, mas especialmente em como seu debate ganha contornos evidentemente políticos quando circunscrito dentro da esfera feminista e decolonial.

Entender as emoções, afetos e afetações como politicamente situados é reconhecer como eles são as próprias expressões de corpos e relações, daquilo que é permitido ou não em nossa sociedade. Tomemos como exemplo a raiva: entendemos como uma emoção que foi afastada das mulheres como uma expressão possível, ao mesmo tempo que é uma das primeiras a ser acessadas pelos homens (hooks, 2021). Essa percepção notável resulta das

artimanhas de controle dos corpos, necessária para a sustentação patriarcal, racista e colonial.

Sara Ahmed (2015) em *La política cultural de las emociones* apresenta uma análise importante sobre como nossa sociedade patriarcal cisheteronormativa captura a valiosidade das emoções a partir de discursos normativos arquitetadamente implementados. Segundo a autora, para sustentar sentidos de racionalidade, foram criadas metáforas poderosas sobre a periculosidade e a fragilidade das emoções.

Podemos pensar facilmente nestas metáforas que dizem da aproximação entre o que é emocional ser frágil e perigoso, com sua maioria referenciando os corpos femininos. Somos inundadas com o entendimento de que o homem competente e seguro de si é racional, enquanto a mulher vulnerável e imprevisível é emocional. Segundo a autora: "a associação entre paixão e passividade é ilustrativa. Funciona como uma lembrança de como a 'emoção' tem sido considerada 'inferior' às faculdades de pensamento e razão" (Ahmed, 2015, p. 22).

As críticas ao binarismo razão-emoção, portanto, são proposições políticas, uma vez que retomam ao "essencialismo estratégico" (Spivak, 1987) que foi capaz de fundamentar todo um arsenal científico cartesiano que deliberadamente descreveu os grupos que não fossem homens, brancos, europeus, heterossexuais e cisgêneros, como "os outros". Tal fazer científico se fez xenofóbico, racista, misógino, transfóbico e homofóbico, encontrando no triunfo da razão justificativa para controlar as emoções e seus corpos afetados.

Este debate se faz importante para o reconhecimento do campo de disputa capitalista e patriarcal no qual as emoções se inserem. É nesta (in)flexão que a Psicologia hegemônica, de maneira propositada e advertida, se encontra. O processo de psicologização das emoções contribuiu para seu entendimento como um fenômeno interno, o que é crucial para o reconhecimento desta profissão experta em conhecer o que se passa na vida interior das pessoas. Da mesma maneira que é esse mesmo processo que despolitiza seu caráter.

Humberto Maturana (2011, 2004) também traz entendimentos importantes sobre como vivenciamos as emoções de uma forma despotencializada na cultura patriarcal, o que é distante do que poderíamos viver em contextos de socialização amorosa. Segundo o autor, o patriarcado convida emoções de apropriação e competição, que constroem relações hierárquicas e de obediência, típicas e importantes para sustentar o capitalismo. Mas o que

nos torna humanos é o amor, já que é por essa emoção que conversamos, respeitamos e colaboramos, ou seja, é uma emoção que legitima a outra pessoa em coexistência.

Ainda, o autor torna-se valioso na reflexão que propomos neste artigo, porque para ele a razão não tem participação na definição das nossas ações, mas sim nossas emoções. Segundo o autor, todo sistema racional tem um fundamento emocional e quando mudamos de emoção, mudamos de domínio de ação. Assim, Maturana e Verden-Zöllner (2011, p. 16) definem as emoções como sendo "disposições corporais que determinam ou especificam domínios de ações". Com essa afirmativa, as autoras realocam o argumento construído a respeito da importância da razão, bem como seu valor, sugerindo que o amor é a emoção central na história evolutiva humana.

Para ampliar nossa discussão, recuperamos o processo de colonização de territórios, povos e culturas e a colonialidade vivida em nossos dias atuais, como dois movimentos poderosos, fundamentais e complementares como formas de implementar normativas de relacionamentos e expressões de corpos, a partir do medo. Brigitte Vasallo (2022) e Geni Núñez (2023) são duas autoras que retomam como a colonização tem efeitos em como lidamos com nossas emoções nos dias atuais.

Vasallo (2002), autora espanhola, reconhece que a monogamia como estrutura foi fundamental para um sentimento de nação fortalecido, o que foi capaz de expandir o capitalismo ao redor do mundo. Dessa forma, a autora sustenta que as compreensões que temos atualmente sobre amor romântico e todos seus desdobramentos em termos de imposição de formas de se relacionar são estratégias para o fortalecimento do capital. A conta é espantosamente simples: para que houvesse o reconhecimento de classes sociais, a heterossexualidade e a monogamia tornam-se compulsórias.

Com o casamento e a reprodução como formas de engrossar as diferenças entre classes sociais para a sustentação do capitalismo, foi necessário esse componente "afetivo", que é o amor romântico, bem como as diferenças de gênero, de raça e de classe. Com a expansão e invasão violentas dos territórios europeus para outras partes do mundo, esses valores foram forçadamente implantados, especialmente no ocidente global.

Núñez (2023), ao debater como a colonização dos territórios coloniza nossas emoções, aponta especialmente para o caráter religioso e moral que atravessam nossas emoções. Como exemplo, descreve que a imposição da monogamia como a única forma de

relacionar-se é oposta ao que se vivia em nosso território (hoje chamado de Brasil) antes da invasão, o que fere o princípio de laicidade do Estado brasileiro. A colonização dos afetos, portanto, impõe valores morais e religiosos que conferem medo e culpa e abafam expressões de raiva, como elemento fundamental para a revolta e a indignação.

Audre Lorde (1981) se faz mais que necessária nessa reflexão, especialmente quando levanta questionamentos e críticas a respeito de emoções como raiva e medo, como exemplos de estratégias de silenciamento. Suas marcas identitárias são importantes para essa conversa, já que a autora foi uma mulher cis, negra, lésbica e mãe, e evocou a raiva como uma emoção poderosa para que mulheres combatam o racismo. Ela também nos lembra que o sentimento de culpa e o respeito ao medo não ajudam a construir nossos futuros.

Emprestamos, então, a expressão valiosa de Geni Núñez, que nos convida à descolonização dos afetos. Esse movimento diz respeito ao esforço de povoar e reflorestar nossas compreensões sobre as emoções, suas intensidades e expressões, e os desdobramentos em termos de expressão de corpos e relacionamentos a partir de um processo criativo revolucionário.

Nos posicionamos, então, como psicólogas e terapeutas clínicas que compreendem as emoções não como estados psicológicos internos e privados, mas como práticas culturais e sociais capazes de construir relacionamentos. Entendemos que politizar os afetos significa recuperar sua expressão como fruto de relações sociais politicamente situadas, o que também implica em reconhecer que há na dinâmica interacional, atravessada por diferenças de poder, sentidos sobre o que é socialmente aceito a respeito das possíveis intensidades emocionais e sobre as diferentes formas de ser.

bell hooks não poderia deixar de compor toda a reflexão sobre como é pelas emoções que podemos de fato transformar nossas formas de nos relacionarmos conosco e com o mundo. Em diferentes textos, a autora traz a importância do reconhecimento do amor como uma ação, uma ética amorosa. Para tanto, ela reconhece que a necessidade de compreender o neocolonialismo e seus efeitos na maneira como lidamos com nossas relações (hooks, 2018).

A análise da autora reconhece que ao vivermos histórias de escravização, opressões e violências de tantas ordens, aprendemos que amar é estar frágil e vulnerável para um mundo

que pede posturas rígidas de proteção (hooks, 2021; 2010). Apesar de reconhecer como tais posturas fazem sentido nesse contexto de violência, bell hooks nos convida para essa prática amorosa, crítica, ética e emancipadora:

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura. (hooks, 2010, s.p.)

Reconhecer como a Psicologia hegemônica se fez presente, ativamente atuante, sustentando o reconhecimento das emoções e afetações como parte intrínseca das pessoas, nos confirma seus interesses aliados às estruturas coloniais e patriarcais. Cabe a nós, portanto, na contramão deste processo, buscar referências e modos de operar junto com outras pessoas.

Assim, entendemos que o caminho para lidar com o processo de colonização e a colonialidade dos nossos afetos é trazer à tona a história desse processo e compor um levante para que especialmente nós, mulheres e grupos de pessoas que tiveram suas expressões silenciadas, façamos um movimento de (re)apropriação dos afetos, afetações e expressões. Fazemos coro com o chamado dessas autoras citadas.

Ao nos posicionarmos como Psicólogas que se agarram aos marcadores históricos, opressões e desigualdades de poder que fazem parte das nossas construções como sujeitas no mundo e também para o processo de construção de narrativas de pessoas com quem nos encontramos na nossa prática clínica, bem como às graves lacunas de nossas formações em termos de reconhecimento desses marcadores, nos dedicamos ao processo de construção de um grupo no qual terapeutas pudessem compartilhar e dividir reflexões sobre caminhos teóricos e práticos, a partir do Afeto e da Política. Assim, apresentamos o *Intervisões Clínicas: Afeto e Política* como um exemplo de atividade na qual todas as pessoas envolvidas estão dedicadas a lidar com os efeitos de suas formações deficitárias em termos de debate interseccional e decolonial, bem como a se posicionar afetivamente como terapeutas e no contato com as pessoas, reconhecendo as marcas identitárias, para exercitar escutas política e eticamente situadas.

Intervisões Clínicas: Afeto e Política

Diante do que já expomos até este momento, entendemos a necessidade de apresentarmos o “*Intervisões Clínicas: afeto e política*” enquanto proposta de trabalho que vem sendo construída como espaço de formação localizada e continuada. Consideramos pertinente ressaltar que antes do projeto que aqui partilhamos, a Coletiva Olhares já se dedicava a construir conteúdos sensibilizados a partir da política e do afeto, a partir de textos reflexivos no *Instagram*, de episódios *podcast* e minicursos com temáticas que percorrem o atravessamento entre Psicologia e cotidiano.

Atualmente, somamos quase trezentos textos reflexivos no *instagram* e mais de quarenta episódios de *podcast*, tendo um grupo de seguidores e ouvintes formados em sua grande parte por profissionais da psicologia. Todas as pautas abordadas nessas múltiplas linguagens se propõem interseccionais e visam trazer pontos e contrapontos críticos a diversos temas.

O projeto *Intervisões Clínicas: Afeto e Política* nasceu do desejo da Coletiva Olhares de ser composta e compor com mais pessoas - ampliando o senso de comunidade e pertencimento com terapeutas que se identificam com práticas clínicas que se saibam críticas. Para construir a metodologia do projeto, nos reunimos semanalmente no curso de seis meses com o objetivo de entender o que queríamos para o grupo a partir do que sentíamos falta nas nossas próprias vivências enquanto terapeutas que já passaram por diversos espaços de formação, grupos de estudos e/ou supervisão. Sentíamos que muitas das demandas que chegavam até nós, enquanto psicólogas clínicas, não foram contempladas pelas grades curriculares das nossas formações.

Para dar conta dessa lacuna, uma solução que cada uma de nós encontrou ao longo da trajetória foi realizar leituras outras, para além dos estudos focados em Psicologia, estudos interseccionais, cursos e participações em congressos que abordam sentidos mais amplos e críticos para a profissão, etc. - tudo isso ocorrendo em contextos ora muito individualizados ora muito específicos, ou seja, com raros contextos de agrupamento de múltiplas linguagens.

Assim, durante essas reuniões de organização metodológica, nos perguntávamos como um grupo poderia nos ajudar, por exemplo, a ampliar as sensibilidades e a prática de terapeutas que fazem parte dessa Psicologia que, como apresentamos na introdução a partir dos dados do CensoPsi 2022, ainda é tão pouco democrática. Como nós, psicólogas clínicas, podemos buscar um letramento que nos ajude, por exemplo, a acompanhar o processo terapêutico de uma pessoa que está entendendo-se enquanto negra ou alguém que está vivendo um processo de transição de gênero ou uma pessoa com desejo de conhecer novas formas de relacionamentos afetivo-sexuais para além da monogamia? Como podemos acolher não só as demandas individuais de um corpo e do desejo de um ser, mas também localizar este corpo político no mundo, no contexto em que está inserido? Como podemos cuidar de temas que estão tão presentes na atualidade, que circulam pelas redes e que chegam até nós com desejo de aprofundamento? Quais leituras podem nos ajudar? Quais trocas podem ser interessantes? Como podemos ampliar nossos olhares através de outros olhares?

Ao estruturarmos como seriam os encontros do grupo, decidimos que cada um dos momentos ocorreria de forma a ultrapassar posturas hierárquicas, a partir de olhares horizontalizados, problematizadores, interseccionais e politizados, auxiliados por um importante banco de referências teóricas para dar suporte às reflexões de cada encontro.

Somado às nossas vivências e aos movimentos que realizamos para suprir tais faltas que sentíamos nos contextos em que estávamos inseridas, também reunimos leituras que nos deram e nos dão suporte para entendimentos sobre feminismos, interseccionalidade, construções de gênero, relações poliamorosas, maternidade, parentalidade, saberes indígenas, conhecimentos afrodiaspóricos, afetamentos emocionais nos contextos de migração, anticapacitismo etc.

Atualmente, em meados de 2024, estamos finalizando a terceira turma e iniciando a quarta. Cada turma teve em média doze encontros, sendo cada grupo composto por uma média de doze pessoas. Os encontros duram cerca de três horas cada, são realizados com periodicidade quinzenal e em formato *online*, além de ser suportado por um grupo de *whatsapp*, ativo ao decorrer dos meses de duração do grupo, no qual ocorrem trocas, reverberações do encontro anterior e indicações de referências.

A seguir, apresentaremos a estrutura dos encontros. Cada um dos três momentos é guiado por uma pessoa participante e mediado por uma de nós três. Cada pessoa passa por um desses momentos durante o decorrer do grupo, sendo a escolha feita de forma voluntária e prévia, registrada em um cronograma disponibilizado em uma pasta no *drive* de acesso para todo o grupo.

Segue a estrutura metodológica proposta:

1. Aquecimento artístico: este é um momento para cuidarmos da chegada das pessoas na sala *online* e da possibilidade de nos fortalecermos enquanto grupo. Aqui, criamos uma interlocução entre psicologia e arte, entendendo esta como uma linguagem importantíssima na construção do nosso campo simbólico e também do nosso repertório enquanto pessoas e terapeutas. A pessoa participante responsável traz para o grupo um material que considera interessante, que lhe tocou de alguma forma e que queira dividir com os demais. Pode ser em formato de vídeo, música, leitura, performance, experimentação corporal, etc. Ao final, quem guiou a abertura diz as motivações da escolha daquele material e outras pessoas que desejarem também compartilham suas impressões.
2. Afetações da referência: durante a construção do cronograma, disponibilizamos uma referência para cada dia do grupo. Todo o grupo deve realizar a leitura do material, mas uma pessoa, que previamente fez a escolha do texto/tema que deseja, fica responsável para guiar este momento, apresentando ao grupo não um resumo teórico, mas as afetações que aquela referência provocou, podendo relacionar o texto com sua vivência enquanto terapeuta e as demandas presentes em sua clínica. Após a fala inicial, as outras pessoas também fazem essa partilha. A proposta é que os textos ofereçam suporte teórico para temas sensíveis e atuais. Também é utilizado como critério para escolha desse material que ele tenha o crivo da interseccionalidade. Essas são algumas referências utilizadas: bell hooks, Lélia González, Carla Akotirene, Vera Iaconelli, Paul Preciado, Antônio Bispo dos Santos, Ailton Krenak, Geni Núñez, Cida Bento, entre outras.

Além dessas leituras, também selecionamos artigos científicos atuais e importantes que dão suporte a temas como: feminismos; gênero e diversidade; clínica antirracista; medicalização, patologização e psicologização da vida; decolonização dos afetos;

moralismo e controle de corpos com útero na maternagem; saberes orgânicos e quilombolas; debates sobre fluxos migratórios, entre outros. Além das referências obrigatórias (as que são trabalhadas em cada encontro), também criamos uma pasta com referências complementares, na qual todas as pessoas do grupo também podem adicionar textos, vídeos, links etc.

3. Experiência de Partida (EP): este momento é dedicado para o compartilhamento não de um “caso clínico”, mas de uma vivência enquanto terapeuta. A pessoa trará para o grupo algo que já viveu ou que esteja vivendo em sua prática e que deseja ter outros olhares para cuidar da experiência. Durante a EP tem sido comum a troca sobre atendimentos que estão sendo difíceis e que podem ter suporte de lentes interseccionais. Ao final da apresentação lançamos algumas questões mobilizadoras: “O que está difícil de enxergar? Para onde você deseja que nossos olhares se direcionem?”. E, a partir do pedido, o grupo vai construindo novos caminhos, ampliando frestas e possibilidades. Essa é uma experiência de partida, portanto, é literalmente por onde começamos, mas não exatamente findamos ali, pois cada uma das histórias também toca em outras vivências profissionais e pessoais nossas.

Ao longo do percurso que trilhamos até aqui, com o *Intervisões Clínicas: Afeto e Política*, temos observado a relevância de um grupo que se contrapõe à ideia de Supervisão Clínica, um formato já tão conhecido na Psicologia e que parte do pressuposto de um profissional buscar o suporte de outro (supervisor) que, supostamente, tem uma visão mais experiente, podendo indicar o caminho a ser seguido. Entendemos que esse pode ser um espaço importante, mas temos colhido experiências muito potentes e democráticas ao também apostarmos em um grupo colaborativo, com olhares horizontalizados, mobilizados pelo afeto e pela política, tendo como suporte a arte, as culturas e referenciais teóricos críticos que dialogam com perspectivas decoloniais, interseccionais e feministas críticas.

Uma parte importante da execução desse projeto é a avaliação do grupo a partir do preenchimento de um formulário avaliativo disponibilizado pelo *Google Forms* e intitulado “Intervisões Clínicas: Afetações”. O formulário é disponibilizado para o grupo e as pessoas participantes podem respondê-lo mediante identificação ou, se preferirem, anonimamente. Este é mais um espaço pensado para ampliarmos nossas possibilidades de construção e

também para fortalecermos a nossa proposta de trabalho. O formulário de avaliação é composto por nove questões a partir das quais poderão ser compartilhadas afetações, críticas, sugestões, dentre outros sentimentos que permearam a experiência com o projeto.

O processo avaliativo acontece em dois momentos distintos: no decorrer dos encontros - sendo feito o envio do formulário na metade do processo - e no encerramento do grupo. Neste sentido, além de garantir a escuta e o acolhimento do que é partilhado e tendo em vista o caráter de construção contínua, a avaliação tem nos servido de suporte para planejamento assim como para o fortalecimento e a orientação das nossas práticas e das nossas propostas de trabalho enquanto Coletiva Olhares.

Nossa aposta tem sido na ampliação dos nossos olhares e na confluência dos nossos saberes. Como nos ensinou o mestre Antônio Bispo dos Santos (2023, p.4) “um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece”.

Considerações Finais

Apesar da tarefa de atuar na contramão das práticas e teorias psicológicas hegemônicas não ser simples, entendemos como sendo incontornável. Reconhecer os efeitos dos processos colonizadores dos nossos fazeres e das nossas afetações faz parte dos movimentos decoloniais que são tão caros a nós, mulheres latinas, brasileiras e psicólogas.

Elencar e nos debruçar sob referências construídas por pessoas que habitam nosso território, que pensam junto com nossa população em sua complexidade e diversidade e que contribuem para práticas eticamente implicadas é um exemplo de como atuar de maneira decolonial. Da mesma forma, estar em formato de grupo com terapeutas que se posicionam e, mais do que isso, alocam seus afetos e afetações como participantes do processo, ao mesmo tempo que, ao se aproximar de tais referências, reconhecem nas narrativas construídas pelas pessoas atendidas os efeitos das estruturas sociais e as diferentes marcações identitárias é outra possibilidade de atuar de maneira contra-hegemônica e decolonial.

Por isso, entendemos que processos grupais e coletivos composto por terapeutas que reconhecem o caráter político das emoções nos atendimentos e vivências da prática clínica

da Psicologia é um exercício que confronta diferentes "vacas sagradas" da Psicologia. Dessa maneira, o grupo *Intervisões Clínicas: Afeto e Política* pode ser um exemplo nas frestas das formações hegemônicas da Psicologia - sendo entendido como um fazer contra-hegemônico e decolonial por diferentes razões: atuamos coletivamente em um espaço horizontalizado, no qual terapeutas podem compartilhar suas vulnerabilidades; refletimos sobre as intervenções e afetações das terapeutas de forma crítica, interseccional e decolonial; e fazemos deste encontro um momento de leitura e reflexão de referências críticas, que nos auxiliam na escuta e intervenção na prática clínica.

O fortalecimento de grupo sugere a importância de levantar agendas importantes que são caras à profissão desde sua regulamentação, mas que os dias atuais fazem com que urjam. É imperativo que a Psicologia seja reconhecida como uma profissão que compõe as lutas contrárias à precarização da sua formação, quando, mais que nunca, há um espaço de reconhecimento e legitimação de seus saberes e fazeres. Por isso, com o grupo *Intervisões Clínicas: Afeto e Política*, buscamos responder aos questionamentos sobre como estamos colaborando para o processo de formação e prática de profissionais.

Referências

AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**, México, UNAM, 2015.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

ALEMÁN, Jorge. **Horizontes neoliberales en la subjetividad**. Olivos: Grama Ediciones, 2016.

ALMEIDA, Antônio. Estereótipo do psicólogo em quatro grupos profissionais: um estudo preliminar. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, 30, 1-2, 61-67, 1978.

AMENDOLA, Marcia Ferreira. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma perspectiva. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 34, 4, p.971-983, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho**. Volume I. Brasília : CFP, 2022.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**. Editora Elefante, 2021.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, bell. **Vivendo de amor**. In: Geledes, 2010, s/p. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 20 maio 2024.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios da prática em comunidade In: Stella, Claudia (org.). **Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências**, p.68-85. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LORDE, Audre. **Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo**. In: Geledes, 2013, s/p. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo->. Acesso em: 20 maio 2024.

LUGONES, M. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, H. (Org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-84.

MATURANA, Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Athena Editora, 2011, 3. ed.. 263 páginas. ISBN 978.7242-048-7. Original publicado em 1993, em Santiago, Chile.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun, 2010.

NÚÑEZ, Geni. Descolonização do pensamento psicológico. **Plural: valorização profissional em tempos de 'novas' práticas em Psicologia**, Florianópolis, p. 06 - 11, 21 ago. 2019.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando Afetos: Experimentações sobre outras formas de amar**. Editora Paidós, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SILVA, Gervásio de Araújo Marques da. A crise da psicologia social brasileira: apontamentos históricos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 71(3), 48-63, 2019.

SPIVAK, Gayatri C. Interview with Angela McRobbie. **Block**, 10, pp.5-9, 1985.

VASALLO, Brigitte. **O desafio poliamoroso**. Editora Elefante, 2022.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. A LDB e a psicologia. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, 20(4), 30-37, 2000.